

ESTUDO SOBRE A DESPATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE E O ATENDIMENTO INTEGRAL À SAÚDE DE TRANSEXUAIS NO BRASIL.

Congresso Online de Integração e Atenção em Saúde, 1ª edição, de 25/08/2021 a 27/08/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-77-7

MATOS; Alexandra de Carvalho¹, SILVEIRA; Alice Moreira²

RESUMO

Introdução: Parte da população trans (transexuais, travestis e transgêneros) é, desde a infância, vítima de preconceito, discriminação e violência pela sociedade. Tal realidade não se mostra diferente no âmbito do atendimento à saúde, onde muitos indivíduos relatam negligência no acesso aos atendimentos dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo após a retirada da transexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) em 2019 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação de atendimento à saúde dos indivíduos trans apresentou pouca evolução. **Objetivos:** Analisar a situação do atendimento integral à saúde da população trans, frente às mudanças realizadas pela OMS, nas quais a transexualidade foi retirada do contexto de doença mental e transferida para o contexto de doença sexual, bem como promover uma discussão acerca de como a despatologização da transexualidade alterou as formas de atendimento no contexto da atenção integral à saúde da população trans. **Método:** Trata-se de um resumo simples qualitativo, com coleta de dados realizada em julho de 2021 na plataforma SciELO, utilizando como descriptores: despatologização, transexualidade e atenção integral à saúde, considerando o período de publicação em agosto de 2013. **Resultados:** Tendo em vista o atendimento integralizado à população trans, destaca-se a existência do processo transexualizador do SUS, instituído em 2008 para as mulheres trans e em 2013 para os homens trans, por meio das portarias 1.707 e 2.803, respectivamente, pelo Ministério da Saúde (MS). À vista disso, de acordo com as portarias, fica instaurado que indivíduos trans, desejando ou não a realização de cirurgia de transgenitalização, se tornam usuários do processo transexualizador do SUS a partir do momento em que buscam um serviço intencionalizando suas necessidades de saúde. Além disso, observa-se que a ótica patológica da transexualidade constrói uma condição de atendimento aos indivíduos dentro da APS, isto é, havendo a comprovação da intenção de participar do processo transexualizador o indivíduo tem acesso aos tratamentos que outrora não teria. No entanto, a eficácia desse atendimento enfrenta limitações, destacando-se três: Não há base normativa definida legalmente, logo não ficam claras as atribuições de âmbito municipal e estadual; Os atendimentos encontram-se centralizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; O tempo médio para a realização das modificações corporais é o quádruplo do esperado nos marcos normativos-legais, em certos casos. **Conclusão:** Em virtude dos fatos mencionados, é notório que as desigualdades no atendimento integral à saúde configuram-se como os maiores problemas enfrentados pelos indivíduos trans quando buscam por esses serviços, tanto na atenção primária quanto nos processos necessários à transgenitalização. É importante, portanto, criar diálogos sobre a diversidade sexual e de gênero, desfazendo os preconceitos existentes nesses espaços e eliminando as barreiras socioeconômicas e geográficas, proporcionando um cuidado integral, universal e igualitário, bem como dita os princípios e diretrizes do SUS. Além do mais, é imprescindível promover um avanço significativo nos estudos acerca da população trans e suas necessidades de saúde dentro da atenção integral, visando, juntamente com novas políticas públicas de acolhimento, eliminar os tabus relacionados aos diversos tipos de atendimentos requeridos por essa população.

PALAVRAS-CHAVE: atenção integral à saúde, despatologização, transexualidade

¹ Centro Universitário UniRedentor, alematos2015@hotmail.com

² Centro Universitário UniRedentor, alicemoreirasilveira@yahoo.com

